

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL-JUÍÇA DO TRABALHO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO DE 2014 A ABRIL DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>231.503.539,10</b>	<b>285.670,68</b>	<b>231.789.209,78</b>
Pessoal Ativo	189.081.358,78	244.764,08	189.326.122,86
Pessoal Inativo e Pensionistas	42.422.180,32	40.906,60	42.463.086,92
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>36.513.497,95</b>	<b>265.686,40</b>	<b>36.779.184,35</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	124.325,61	246.763,82	371.089,43
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	36.389.172,34	18.922,58	36.408.094,92
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>194.990.041,15</b>	<b>19.984,28</b>	<b>195.010.025,43</b>

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>642.507.277.660,00</b>		
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100</b>	<b>0,030348%</b>	<b>0,000003%</b>	<b>0,030351%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,063041%</b>		<b>405.043.012,91</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,059889%</b>		<b>384.790.862,26</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,056737%</b>		<b>364.538.711,62</b>

FONTE: SIAFI GERENCIAL/TRT14ª SOF/SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA, 25/05/2015 às 18:00

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatório da Administração Indireta foi de R\$ 727396,86 e Despesas com Precatório da Administração Direta foi de R\$ 2.937.799,14

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de créditos (destaque): despesas liquidada R\$ 2.712583,88

FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO CRUZ  
 DESEMBARGADOR PRESIDENTE

RAIMUNDO JOSE ZACARIAS DA COSTA  
 DIRETOR GERAL DAS SECRETARIAS

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA  
 DIRETOR DO SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

RAIMUNDA TAMAR SOUZA DA ROCHA  
 SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS.